História Da Educação Superior Pública No Brasil: interiorização e expansão da Universidade Federal no submédio São Francisco (2003-2006)

History Of Public Higher Education In Brazil: interiorization and expansion of the Federal University in the sub-middle São Francisco (2003-2006)

DOI:10.34117/bjdv7n1-245

Recebimento dos originais: 07/12/2020
Aceitação para publicação: 11/01/2021

Patrick Campos Araújo
Mestre em Educação pelo PPGFPPI/UPE Campus Petrolina – PE
E-mail: patrickcaraujo@yahoo.com.br

Iracema Campos Cusati
Doutora em Educação/FEUSP e professora permanente do PPGFPPI/UPE Campus Petrolina - PE
E-mail: iracema.cusati@upe.br

RESUMO
Este artigo investiga o processo de expansão e interiorização da educação superior pública no Brasil, no período de 2003 a 2006, a partir de um estudo de caso focado na consolidação da Universidade Federal do Vale do São Francisco, no sertão nordestino. Buscou-se compreender como a região nordeste permaneceu sem políticas de educação superior a partir do Governo Federal. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental identificou-se a origem das primeiras instituições e cursos superiores no país, ainda no período colonial. Na sequência verificou-se junto a política educacional do Marquês de Pombal, nas medidas adotadas no período imperial e nas mudanças ocorridas na República como foram desenvolvidas as universidades. Concluiu-se que a Universidade Federal no submédio São Francisco, criada no início dos anos dois mil, caracterizou-se como paradigma de um novo modelo de expansão.

Palavras-chave: Educação Superior, Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior, Interiorização da Educação Superior.

ABSTRACT
This article investigates the processo of expansion and internalization of public highter education in Brazil, from 2003 to 2006, based on a case study focused on the consolidation of the Federal University of the Vale São Francisco, in the northeastern hinterland. We sought to understand how the Northeast region remained without highter education policies from the Federal Government. Through bibliographic and documentary research, the origin of the first institutions and higher education courses in the country was identified, still in the colonial period. Next, the educational policy of the Marquis of Pombal was verified, in the measures adopted in the imperial period and in the changes that occurred in the Republic as the universities were developed. It was conclused that the Federal University in the sub-middle São Francisco, created in the early 2000s, was characterized as a paradigma of a new expansion model.

Keywords: Higher Education, Expansion of Federal Higher Education Institutions, Interiorization of Higher Education.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa o percurso da consolidação do primeiro projeto de universidade pública Federal no interior do sertão nordestino, na região do submédio São Francisco, durante o período que compreende os anos de 2003 a 2006.

Este recorte regional e temporal se justifica por ter sido exatamente neste período que um novo cenário se estabeleceu: a interiorização das instituições públicas de educação superior a partir de ações do Governo Federal. Um processo que teve, na região nordeste do país, um significado diferenciado pois a característica predominante durante todo o século XX foi de fragilidade e ausência dessas instituições nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, incluindo-se o sertão do submédio São Francisco[1].

A presença da Universidade brasileira durante a maior parte de sua existência esteve concentrada nos grandes centros urbanos e capitais das regiões centro-oeste, sul e sudeste. Da criação da primeira Universidade no Rio de Janeiro em 1920, apenas próximo da segunda metade do século passado as primeiras instituições foram organizadas na região nordeste do país. Nela o mesmo padrão de organização se reproduziu, de forma que as instituições criadas se constituíram nas capitais e regiões metropolitanas.

A universidade, portanto, configurou-se como ambiente restrito e privilegiado, uma vez que a dificuldade de acesso se materializou como fator impeditivo para contingentes expressivos da população. A presença de universidades públicas no interior do sertão nordestino, região marcada pela convivência com a seca e por limitações de ordens políticas e econômicas[2], é fenômeno ainda mais recente, tendo suas primeiras

1 Segundo a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba), o sertão do submédio São Francisco consiste em áreas dos estados da Bahia e Pernambuco, estendendo-se de Remanso até a cidade de Paulo Afonso (BA), e incluindo as sub-bacias dos rios Pajeú, Tourão e Vargem, além da sub-bacia do rio Moxotó. Suas principais cidades são Juazeiro e Paulo Afonso, na Bahia; Petrolina, Ouricuri e Serra Talhada, em Pernambuco. Disponível em: <http://www2.codevasf.gov.br/osvales/vale-do-sao-francisco/recus/submedio-sao-francisco>. Acesso em 28 fev. 2020.

2 Segundo Tânia Bacelar (1997, p.04): "Apesar de vista como região problema pela maior parte dos brasileiros, a economia nordestina apresentou entre 1960 e 1990 um excelente desempenho. Coordenado por Celso Furtado no final dos anos 50, o relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) que fundamentou a estratégia inicial de ação da Sudene, constatava ter sido o seu fraco dinamismo nas décadas anteriores a característica mais importante da base produtiva instalada na região. Enquanto a indústria comandava o crescimento econômico no Sudeste, o velho setor primário-exportador implantado no Nordeste dava mostras de sua incapacidade para continuar impulsionando o desenvolvimento econômico regional. Uma das propostas centrais do relatório do GTDN – como ficou

instituições criadas pelos governos locais apenas a partir da segunda metade do século XX.

No estado de Pernambuco, por exemplo, a ausência de instituições de educação superior no interior foi um dos fatores que levou, nas décadas de 1970 e 1980, a criação das Autarquias Municipais de Ensino Superior[3], que permaneceram até os anos noventa como as principais (e na maioria dos casos, a única) forma de acesso à educação superior pela população sertaneja do estado.

Estas Autarquias cumpriram um importante e decisivo papel na formação principalmente dos professores da região. Na ausência de instituições federais, foram elas que supriram parte dessa lacuna. Outra parte foi preenchida pelas instituições estaduais. Na cidade de Juazeiro da Bahia, já nos anos de 1960, foi criada a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF).

Além desta, apenas no ano de 1985, por meio do decreto nº 92.928, foi criada na mesma cidade a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ambas viriam a se transformar, no ano de 1997, por meio do processo de reestruturação das Universidades Estaduais da Bahia, em Departamentos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Na cidade de Petrolina - PE, data de 1968 a criação da Faculdade de Formação de Professores de Petrolina (FFPP), por meio da prefeitura municipal. Mas diferente da FACAPE, autarquia criada em 1976 e mantida pelo município, a FFPP foi criada enquanto Fundação e mantida pela Fundação Educacional do município.

Foram estas as instituições que primeiro ofertaram cursos de educação superior na região, enquanto nas capitais, o Estado brasileiro, por meio do Governo Federal, implantou instituições de educação superior, já organizadas no modelo universitário, ainda na primeira metade do século XX, a partir do ano de 1920.

Com o início do primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, este cenário começou a ser modificado. A execução da chamada Fase I do programa de expansão das universidades, "que abrange o período de 2003 a 2007, teve

conhecido aquele documento – era estimular a industrialização no Nordeste como forma de superar as dificuldades geradas pela velha base agroexportadora nordestina".

3 Em pesquisa as páginas eletrônicas das Autarquias Municipais de Ensino Superior presentes no sertão pernambucano (FACAPE, CESVASF, AEDA, AEDS/FACHUSC, AESET, AEDAI/FASP e AESA/CESA) e consulta a legislação de fundação de cada uma delas, identifica-se que a primeira surgiu em Belém de São Francisco no ano de 1971 e as demais, ao longo dos anos, entre as décadas de 1970 e 1980.

como principal meta interiorizar o ensino superior público federal" (BRASIL/MEC/SESU, 2013, s/p).

No sertão nordestino, o processo de interiorização que ocorreu de 2003 a 2007 resultou na consolidação da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), em Pernambuco, na Bahia e no Piauí no ano de 2004; na criação da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), no Rio Grande do Norte, no ano de 2005; e da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), também no ano de 2005; além da expansão da UFAL, em Alagoas; da UFBA, na Bahia; da UFC, no Ceará; da UFCG, na Paraíba; UFRPE e da UFPE em Pernambuco; da UFPI, no Piauí e da UFRN, no Rio Grande do Norte.

Com o segundo governo do presidente Lula (2006-2010), o processo de expansão e interiorização passou a nova fase com a implantação do REUNI, Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais que teve como uma de suas metas aumentar no mínimo em 20% as matrículas em graduação na educação superior.

Conhecer as características da expansão, com destaque para a política de interiorização, identificando os sujeitos, a origem regional dos estudantes e os debates travados na época são essenciais para avaliar quais eram os objetivos da interiorização e se estes foram alcançados, principalmente no que diz respeito à democratização do acesso para as classes populares.

Neste trabalho foi investigado o processo de interiorização da universidade pública no sertão nordestino durante o período de 2003-2006, a partir do recorte do papel do Estado e da democratização do acesso e popularização do ensino superior, por meio do estudo de caso da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF com o objetivo de identificar as principais características do processo de interiorização da universidade pública no sertão nordestino naquele período. Para tal, foi feito um levantamento histórico do papel do Estado brasileiro na organização da educação superior pública, analisados os processos de expansão e de interiorização, a partir da ação do Estado brasileiro, buscando compreender a repercussão na democratização do acesso para a população mais carente do sertão nordestino.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, documental e de estudo de caso foi adotada com o intuito de analisar de forma aprofundada e intensa o objeto de pesquisa

em relação a aspectos sociais, econômicos, políticos, percepções de diferentes grupos e comunidades.

Triviños (1987) considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Logo, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. O autor também considera a unidade social estudada em sua totalidade, seja um indivíduo, uma família, uma instituição, uma empresa, ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos.

Yin (2001) sugere que, como estratégia de pesquisa, utilize o estudo de caso em pesquisas com foco em política, em administração pública, sociologia, estudos organizacionais e gerenciais. A escolha pelo estudo de caso ocorreu pelo fato de ser um fenômeno atual a Universidade pesquisada e sua situação peculiar para análise.

A pesquisa documental, segundo Lüdke e André (1986), é uma técnica que busca identificar informações factuais nos documentos a partir das questões ou hipóteses de interesse. Ainda segundo Lüdke e André (1986, p.39), uma vantagem da pesquisa documental é ser uma "[...] fonte não reativa, permitindo obtenção de dados quando a interação com os sujeitos pode alterar seu comportamento ou seus pontos de vista".

A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, tais como livros e artigos científicos. A pesquisa documental, trilhando caminho parecido, recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais etc. (GIL, 2007).

GIL (2007) destaca que a pesquisa documental segue os passos da pesquisa bibliográfica por considerar a materialidade impressa das fontes. No entanto, na pesquisa documental, as fontes são diversificadas, vão além dos documentos pessoais, como fotografias, ofícios, diários pessoais, boletins escolares etc. O autor considera como uma das vantagens da pesquisa documental, o fato de os documentos se estabelecerem como fontes ricas e estáveis.

Considerando a necessidade de adotar um ponto de partida, foi escolhido o surgimento da Universidade no Brasil (CUSATI et. al., 2021). O estudo sobre este tema se mostrou fundamental para a compreensão da importância do objeto pesquisado, uma vez que além de estabelecer uma cronologia, permitiu o contato com diversos autores que noutros momentos históricos trabalharam de alguma maneira o problema da existência/expansão da Universidade no Brasil. Paralelamente a escrita sobre os achados da pesquisa, foram documentadas as fontes específicas que estavam relacionadas a Universidade Federal do Vale do São Francisco. Sobre esta, foram localizadas os dois

Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs); seus Estatutos; seus regimentos; relatórios de gestão; portarias e decretos que versam sobre a organização da instituição; as estatísticas referentes aos ingressantes nos anos de 2004, 2006 e 2010; além das leis que instituiu e que regulamentou o funcionamento da Universidade.

Os resultados dessa investigação podem auxiliar na identificação de quais foram às bases que sustentaram a expansão e interiorização das universidades no período que se estende até os dias atuais, como por exemplo, no que se refere à presença de classes populares e oriundas do submédio São Francisco na educação superior pública em relação aos demais sistemas de ensino ofertados a partir de então.

3 ORIGENS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A história da universidade no Brasil é controversa. Primeiro porque qualquer tentativa de datação que aponte para o seu surgimento, prescinde de uma intensa discussão sobre o que é ou o que pode ser, ao longo da história brasileira, considerada universidade (CUSATI et. al., 2021). Seria todo aquele ensino de caráter superior? Ou necessariamente consiste em determinada instituição política? Ou ainda uma forma de organização administrativo-pedagógica do ensino, atrelado a dimensões de pesquisa e extensão?

Se for tomada como ponto de partida a existência dos cursos chamados de superiores, a história da universidade no Brasil remontaria aos Jesuítas, que já no século XVI, instituíram os primeiros cursos de Filosofia (também identificado em algumas obras como curso de Artes) e Teologia nos Colégios voltados para a formação clerical. Se tomada a existência de instituições de educação com o nome de universidade, reunindo um conjunto de Faculdades/Escolas com a oferta de diferentes cursos de educação superior, organizados pedagógica e administrativamente com a mesma estrutura, se estará diante de algo presente apenas no século XX.

No que diz respeito ao debate sobre a educação com base nos trabalhos mencionados, a época colonial brasileira pode ser periodizada em dois momentos: um primeiro, de controle por parte da Companhia de Jesus, que dura até a expulsão destes no ano de 1759 e outro, que é marcado pelas ações do Marquês de Pombal e suas reformas, que se estende dali até chegada da família real ao Brasil, no ano de 1808.

3.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR COM OS JESUÍTAS

No período que se estende de 1549, ano da chegada da Companhia de Jesus junto com o governador-geral Tomé de Souza, até 1759, ano de sua expulsão da Colônia, o paradigma da educação superior no Brasil foi o do controle religioso, concentrado nos grandes centros urbanos, voltado para a formação de Padres e de quadros para o aparelho repressivo (oficiais de justiça, da Fazenda e da Administração), além do ensino voltado para "ilustrar as classes dominantes no local, fossem filhos dos proprietários de terra e de minas, fossem os filhos dos mercadores metropolitanos" (CUNHA, 2007, p. 25). Como afirma Azevedo (1944, p. 287):

> A vinda dos padres jesuítas, em 1549, não só marca o início da história da educação no Brasil, mas inaugura a primeira fase, a mais longa dessa história e, certamente, a mais importante pelo vulto da obra realizada e sobretudo pelas consequências que dela resultaram para nossa cultura e civilização.

Mesmo tendo vindo para o Brasil com a missão de converter os indígenas e dar apoio religioso aos colonos, para o que recebiam subsídios do Estado português, a fundação de Colégios assumiu intensa importância para os jesuítas. Neles havia dois graus de formação, *os studia inferiora* e *os studia superiora*, sendo respectivamente compatíveis de forma geral com a educação secundária e universitária. No caso desta última, tratavam-se dois cursos: Filosofia e Teologia, que além dos Colégios também funcionavam nos Seminários (CUNHA, 2007, p.27).

Estes cursos já eram "efetivamente de nível superior", calcado em modelos do currículo medieval, e que com sua conclusão, proporcionava até três graus acadêmicos, sendo estes os de bacharel, o de licenciado e do mestre em artes, "os quais todos se conferiam, ainda no século XVI, no Brasil, dados pelo Colégio Central da Bahia" (AZEVEDO, 1944, p.301).

Segundo a primeira legislação escolar da Companhia de Jesus, chamada de *Constituições*, de 1559, eram exigidos sete anos para os estudos universitários de Filosofia e Teologia, sendo privativo da Universidade de Coimbra o estudo de direito e medicina (MORAES FILHO, 1959, p. 4). O primeiro curso de Filosofia (portanto de educação superior) no Brasil foi iniciado em 1572, no Colégio da Bahia, ou seja, o primeiro curso superior em terras brasileiras foi criado no Nordeste do país, contando em 1589 com 39 estudantes entre os cursos de Artes e Teologia (LEITE, 1948-*apud* CUNHA, 2007).

A forma de funcionamento destes cursos se dava por meio de Colégios e Seminários, sendo que "os primeiros eram destinados a estudantes externos e os outros eram internatos, sem a finalidade exclusiva de preparação de sacerdotes" (LEITE, 1948 *apud* CUNHA, 2007). Do total de 17 colégios fundados pela Companhia de Jesus no período colonial, oito ofereciam cursos de ensino superior que, além de seguir o mesmo plano pedagógico que era usado pelos jesuítas na Europa, reproduzia também os mesmos rituais das universidades europeias.

Ocorre que os títulos emitidos pelo Colégio da Bahia não gozavam das mesmas características daqueles emitidos pelas Universidades portuguesas, sendo necessária a realização de exames de equivalência ou até mesmo a repetição do curso superior em Portugal para dar seguimento a cursos como Direito e Medicina. De forma que, para Azevedo (1944, p.301) "[…] não cuidou Portugal de montar, sobre seu sistema, uma faculdade superior, para qualquer especialidade (como direito civil, canônico e medicina, que eram disciplinas privativas de Coimbra)".

Sobre o nível dos estudos ofertados pelo Colégio da Bahia, Boaventura (2006, p.83) afirma que vários foram os juízos sobre o tema, que apareceram em várias cartas e documentos dos jesuítas, sendo que "o nível dos estudos induziu o Senado da Câmara da Cidade de Salvador a solicitar o reconhecimento [do Colégio] como Universidade", sendo vários os insistentes pedidos nesse sentido.

Conforme Moraes Filho (1959, p.05), petição datada de 20 de dezembro de 1662, requeria "equiparação dos estudos de mestrança […] ao nível superior da Universidade de Évora". No entanto, o pedido foi negado e um dos motivos foi a chamada "questão dos moços pardos", que significava a presença de jovens não brancos nos cursos de ensino superior do Colégio da Bahia (cf. Leite, 1938-1949, p.200-8).

Relata Cunha (2007, p.34) que contribuiu para a negativa o fato de que "os brancos da Bahia não queriam que seus filhos estudassem ao lado dos 'pardos' que, por essa época, estavam impedidos de pertencer a todas as ordens religiosas 'por estarem atreitos a rixas e vadiagem'". A situação chegou a tal ponto que, mais tarde, no ano de 1681, todos os "moços pardos" foram expulsos dos colégios jesuítas.

Teve início então uma disputa entre o Estado português e a Companhia de Jesus, reivindicando o primeiro o caráter público dos Colégios pelo fato de serem subsidiadas pelo Estado, enquanto que os jesuítas consideravam aquelas instituições privadas, podendo assim selecionar conforme quisesse o seu público, pois as subvenções estatais eram exclusivamente para a conversão indígena (CUNHA, 2007, p.34).

> O compromisso essencial do jesuíta com a Igreja, na defesa da propagação da fé, criara desde a sua chegada, aqui como por toda parte, essa situação, clara e definida, em que sua espantosa atividade missionária, política e educadora, se apresentava subordinada inteiramente às exigências ecumênicas da Igreja e aos supremos interesses da religião (AZEVEDO, 1944, p.288).

Novo pedido foi feito em 1671 e em 1675 ao governo português que permitiu parcialmente a devida correspondência entre os cursos, estabelecendo finalmente em 1689, através de carta régia, o estatuto civil aos colégios jesuítas no Brasil.

Nas colônias espanholas na América, as primeiras instituições de educação superior, já organizadas no modelo universitário, datam do século XVI, quando em 1538, São Domingos instala a primeira universidade das Américas. O mesmo ocorre no México, em 1553, e depois São Marcos (Peru), São Felipe (Chile), Córdoba (Argentina) entre outras que chegaram ao número de 27 quando da independência do Brasil, enquanto que Portugal, com exceção dos colégios jesuítas, limitou-se às universidades da Metrópole: Coimbra e Évora (TEIXEIRA, 1969, p.244).

De fato, o ensino superior brasileiro (ou no Brasil) não tem em sua gênese uma política de Estado, muito menos de caráter público, pelo contrário, seu embrião e origem estão na ação privada da Igreja, mesmo que os interesses e ações desta estivessem umbilicalmente ligados à Coroa e ao Estado português.

Azevedo (1944, p.305) diz que, para o governo de um país como Portugal, "a educação não lhe interessava senão como um meio de submissão e domínio político, que mais facilmente se podiam alcançar pela propagação da fé, com a autoridade da Igreja e os freios da religião". Assim, o governo não interveio nos planos de ensino senão para criar, à margem do sistema jesuíta, locais para ensinar artilharia e construir fortificações, ou ainda "para cortar pela raiz instituições como a Universidade e a imprensa que de futuro pudessem constituir focos ou instrumentos de libertação dos colonos", uma vez que a Universidade e a circulação de impressos eram vistos pela Coroa, como ameaças "à unidade de padrão cultural e um perigo para o despotismo lusitano".

Com isso não se deve deixar transparecer que a experiência espanhola tenha sido muito mais exitosa. No entanto, em contraponto a colonização portuguesa, a ação espanhola revela um modo de agir diametralmente oposto. Não se trata apenas de uma questão de nomenclatura, ou seja, se as Universidades das colônias espanholas seriam compatíveis com os Colégios e Seminários jesuítas da colônia portuguesa no Brasil. Trata-se, essencialmente, do fato de um avocar para si a tarefa de organização e

implantação de instituições de educação superior, mesmo que tendo em sua coordenação padres e mestres oriundos do Clero, enquanto que o outro relegou esta atividade inteiramente para a Igreja.

Por esta razão, o estudo sobre a origem da universidade no Brasil revela que, mesmo com a existência de cursos de ensino superior já no período colonial de controle jesuítico, o que caracteriza este período é a ausência de uma ação direta do Estado (inicialmente português) no sentido de constituir um sistema de educação superior. Esta ausência, que perdura durante todo o período de permanência dos jesuítas é, portanto, algo constitutivo da própria formação social do Brasil.

3.2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PERÍODO POMBALINO

No ano de 1759, os padres jesuítas foram expulsos do reino português e, consequentemente, da colônia brasileira. Sua expulsão, no entanto, não correspondeu à hegemonia de outra ordem religiosa que viesse a repetir-lhes as práticas, mas sim, deu lugar a "novos currículos, novos métodos de ensino, nova estrutura da educação escolar" (CUNHA, 2007, p.38).

Para Azevedo (1944, p.312) "O que sofreu o Brasil não foi uma reforma do ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial jesuítico". Tal destruição, invés de desenvolver aqueles organismos criados, enriquecendo-os, alargando-os e reformando o sistema, o eliminou.

Estas mudanças têm origem com a nomeação para Ministro do Rei, em 1750, de Sebastião José de Carvalho e Melo que viria a ser feito em 1769, Marquês de Pombal, bem como com a instituição do Alvará de Professores Régios naquele mesmo ano, através do qual o ensino tornou-se responsabilidade do Estado Monárquico Português (BOAVENTURA, 2006, p.85).

Pombal, tendo completado a missão de desmonte do sistema de ensino estruturado pela Companhia de Jesus, "esperou treze anos para começar a reconstruir, no período de um governo, o que os jesuítas conseguiram em dois séculos". Uma vez suprimida a Companhia, o Estado que até então não intervinha na gestão das escolas elementares e secundárias, tomou a seu cargo, por iniciativa de Pombal, "a função educativa que passou a exercer, em colaboração com a Igreja, aventurando-se a um largo plano de oficialização do ensino" (AZEVEDO, 1944, p.312-314).

> Com a supressão da Companhia de Jesus, em 1759, todo aquele sistema de educação, contando com os colégios geridos pelos jesuítas, desmoronou. O

> período pombalino, direcionado pelo iluminismo, pela Física de Newton e a Mecânica de Galileu, reformou Coimbra e instituiu o regime das aulas régias e das matérias isoladas (BOAVENTURA, 2006, p.85).

Neste processo, um dos objetivos perseguidos foi "a substituição das ideologias orientada para uma sociedade capitalista". Pombal, assim, seguiu movendo verdadeira perseguição aos jesuítas na "tentativa de reforçar o poder do Estado como condição para o atingimento daqueles objetivos". Isso porque naqueles meados do século XVIII, a estrutura educacional montada pela Companhia de Jesus, possivelmente possuía certo conteúdo anticapitalista nas suas pregações e isso poderia explicar várias das razões da perseguição que lhe foi movida. (CUNHA 2007, p.41-45).

A reforma de Pombal, no entanto, não se limitou apenas ao ensino básico geral, mas também "cortou, na sua evolução pedagógica normal, o desenvolvimento do ensino para os planos superiores" na Colônia. Esta certamente foi a mais importante das reformas e teve como uma de suas marcas o fato de que "nenhuma instituição de ensino superior criou o governo português no Brasil, à semelhança do real Colégio dos Nobres, fundado em Portugal em 1761 ou nos moldes das faculdades, novas ou antigas, de Coimbra" (AZEVEDO, 1944, p.316).

Assim, com o fechamento dos colégios jesuítas localizados na Bahia, Recife, Olinda, Piratininga, Rio de Janeiro, São Luís, Belém e Mariana, Pombal procedeu com a abertura de aulas de matérias isoladas e a criação de apenas dois cursos superiores estruturados no Rio de Janeiro e em Olinda (CUNHA, 2007, p.54). Além disso, a própria Universidade de Coimbra passou por grandes mudanças em sua estrutura e pedagogia. Dessa forma, tanto nos estatutos dos dois estabelecimentos de educação superior fundados no Brasil após a expulsão dos jesuítas como também a reforma da Universidade de Coimbra, de acordo com a política de Pombal, estavam presentes referências diretas a chamada "moral dos casuístas" como imprópria. Esta moral era aquela presente na Teologia Moral dos Jesuítas, também chamada de Casos de Consciência.

De toda sorte, o período colonial, tanto no período de controle jesuíta, quanto no período pombalino, foi concluído com educação superior de cunho religioso e ainda sem universidade. Este período, que carece de maiores estudos, mas que possui como principal fonte secundária a obra significativa do padre Serafim Leite sobre a história da Companhia de Jesus no Brasil, cumpre o papel de demonstrar, para os fins deste trabalho, que a ausência da universidade na maior parte da história brasileira não pode se confundir com a ausência da educação superior.

Sobre este tema, a história do Brasil tem como marca uma grande ausência do Estado e a ação privada desde a sua gênese colonial, independe de qual fase. Mesmo as ações movidas pelo Marques de Pombal, que visavam reduzir a influência e poder religioso dos jesuítas, não se voltaram para a educação superior no sentido de lhe dar novas estruturas. Pelo contrário, houve um desmonte da estrutura anterior e uma diminuição ainda maior do papel do estado português na implantação deste nível educacional.

A educação superior, portanto, tem como marca no período colonial, seja sob o controle da Igreja Católica, seja sob o controle direto do Estado português, um recorte de classe. A estrutura construída e mantida sempre buscou atender os interesses de formar a elite local, num período em que o modo de produção escravista era a base da organização social brasileira.

3.3 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO IMPÉRIO

Ao fim do período colonial, o ensino superior sofreu, no Brasil, uma tardia refundação. Com a chegada da Família Real, a vinda do poder da Metrópole para o Brasil no ano de 1808 "e a emergência do Estado Nacional, pouco depois, geraram a necessidade de se modificar o ensino superior herdado da Colônia, ou melhor, de se fundar todo um grau de ensino completamente distinto do anterior".

No Brasil, o príncipe regente (a partir de 1817, rei D. João VI) não criou universidades, apesar de aqui reproduzir tantas instituições metropolitanas. Em vez de universidades, criou cátedras isoladas de ensino superior para a formação de profissionais, conforme o figurino do país inimigo naquela conjuntura, no caso, a França: de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1808; e de Engenharia, embutidas na Academia Militar, no Rio de Janeiro, dois anos depois. (CUNHA, 2011, p.153).

Assim, com os novos tempos, a educação escolar não podia deixar de sofrer seus efeitos. Nesse período, "formou-se o núcleo de ensino superior sobre o qual veio a ser edificado o que existe até hoje, ligado à sua origem por ampliação e diferenciação" (CUNHA, 2007, p.71).

Em 19 de agosto de 1823, uma Comissão de Instrução encarregada de elaborar um Tratado de Educação Pública apresentou um Projeto que previa as duas Universidades, uma na cidade de São Paulo e outra na de Olinda, nas quais se ensinariam todas as ciências e belas-letras.

Sobre a criação destes dois cursos, Primitivo Moacyr dedica um importante relatório, descrevendo as sessões plenárias da Assembleia Constituinte Legislativa, que

no dia 12 de junho de 1823, iniciou intensa discussão levantada pelo deputado do Rio Grande Sul, José Feliciano Fernandes Pinheiro que apresentou pedido para a criação de uma Universidade no Brasil, propondo "que no Império do Brasil se crie, quanto antes, uma Universidade pelo menos, para assento da qual parece dever ser preferida a cidade de S. Paulo pelas vantagens naturais e razões de conveniência geral [...]" (MOACYR, 1936, p.89).

O projeto que veio a ser apresentado pela Comissão foi objeto de inúmeras polêmicas, principalmente por não apresentar os meios para a instalação e manutenção das Universidades. Além disso, houve quem fosse contrário a quantidade e também a localização das instituições. Sobre esta última questão, cumpre importante papel a fala do Sr. Antônio Luiz Pereira da Cunha, Deputado pelo Rio de Janeiro, em comentário sobre a possibilidade de criação de Universidades, no Brasil, fora dos grandes centros urbanos:

> Em nenhuma parte do Brasil ocorrem mais favoráveis requisitos para com tanta prontidão se executar o plano, do que no sítio de Belém, distrito da Vila de Cachoeira, aonde existia um Seminário dos proscritos jesuítas ou em outro qualquer das vilas do recôncavo da Bahia, que mais vantagens ofereçam. Não é o espírito provincial que me induz a dar-lhe esta preferência; o Brasil é a minha pátria e muito folgarei de ver prosperar a todos os respeitos vindos nos seus mais remotos sertões (MOACYR, 1936, p. 96).

Após dez sessões da Assembleia Constituinte, o Projeto foi aprovado prevendo as duas Universidades, em São Paulo e em Olinda além de facultar, as demais províncias, a fundação de suas próprias quando possuíssem os recursos e fundos necessários. No entanto, tendo sido dissolvida em 11 de novembro "a Assembleia não teve tempo de promulgar o único projeto sobre ensino público aprovado, o da criação de Universidade" (MOACYR, 1936, p. 118). Dessa forma "o ensino superior permaneceu praticamente o mesmo em todo o Império. Cursos viraram academias, currículos foram modificados várias vezes, mas o panorama não mudou substancialmente" (CUNHA, 2007, p.71).

Ocorre que, ao contrário da Metrópole, "a secularização do ensino foi tardia no Brasil". Os dois estabelecimentos criados no período pombalino (Olinda e Rio de Janeiro) foram dirigidos por religiosos e com forte conteúdo religioso. Apenas quando a sede do reino se transferiu para o Brasil, as medidas de secularização também se transferiram, pois, "a rápida estada do núcleo do Poder do Estado, no Brasil, foi suficiente para a criação de escolas superiores estatais completamente secularizadas (ao contrário das criadas na época pombalina)" (CUNHA, 2007, p.78). Isso marcou o desenvolvimento

posterior de todo o sistema de educação, controlado a partir de então pelo Estado Nacional.

Somente com a proclamação da República, em 1889, a Igreja Católica deixou de funcionar como parte integrante da burocracia civil, ou seja, ela permaneceu nesta condição durante todo o Império. Mas já neste, as escolas religiosas vinham se transformando em instituições de ensino particulares, "oposto este ao ensino estatal ministrado pela burocracia civil secularizada" (CUNHA, 2007, p. 78-79).

Assim, no período de 1808 até 1889, constata-se que o sistema de educação superior foi se desenvolvendo de forma lenta, no ritmo das mudanças sociais e econômicas da sociedade brasileira, como um "sistema voltado para o ensino, que assegurava um diploma profissional, o qual dava direito a ocupar posições privilegiadas no restrito mercado de trabalho existente e a assegurar prestígio social" (SAMPAIO, 1991, p.05).

3.4 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PRIMEIRA REPÚBLICA

O fim do século XIX foi de mudanças para o Brasil. A abolição da escravidão, em 1888, e a proclamação da República, em 1889, fizeram com que o país passasse por um período de transformações, sendo que "fizemos a transição para um regime de liberdade formal com a abolição da escravatura sem garantir ao povo negro as condições básicas para a conquista da cidadania plena" (BUENO, 2015, p. 07).

Neste período, os conflitos entre os setores das classes dominantes repercutiam diretamente na organização da educação superior, que por sua vez passou por um constante processo de mudanças e transformações por meio de uma série de reformas.

Segundo CUNHA (2007, p. 151) "a influência do positivismo na política educacional da República nascente resultou da presença de militares na Assembleia Constituinte e da atuação pessoal de Benjamin Constant como ministro da Instrução Pública [...]". Ele ocupou esta posição entre os anos de 1890 e 1891 e quando da elaboração da Constituição garantiu que estivesse no seu texto a determinação de que o ensino ministrado nas escolas estatais fosse laico. Mas a grande influência positivista pode ser observada no artigo 72 da redação original daquela Constituição, que dispunha no seu parágrafo segundo que: "A República não admite privilégios de nascimento, desconhece foros de nobreza e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho".

Uma das principais mudanças promovidas por Benjamin Constant foi no mecanismo de seleção de candidatos ao já restrito ensino superior. Se desde 1808 a admissão aos cursos superiores estava condicionada à aprovação nos "exames preparatórios", prestado diretamente na instituição que se buscava vaga, passou a ter como instrumento o chamado "exame de madureza". Ao invés de uma porta de entrada, passou a ter uma porta de saída.

Uma vez aprovados, seria possível realizar a matrícula sem a necessidade de realização de outros exames, significando um alargamento dos canais de acesso à educação superior. Antes privativo do governo central e dos governos estaduais, o ensino superior passou a ter permissão de ser ofertado por instituições privadas, o que teve como efeito imediato, segundo Sampaio (p.09) "a ampliação e a diversificação do sistema. Entre 1889 e 1918, 56 novas escolas de ensino superior, na sua maioria privadas, são criadas no país".

Somente no período que vai de 1891 até 1910, foram criadas, no Brasil, 27 Escolas Superiores, 9 de Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Farmácia; 8 de Direito; 4 de Engenharia; 3 de Economia; e 3 de Agronomia, localizadas no Rio de Janeiro, Bahia, Goiás, Ouro Preto, Pará, Porto Alegre, Fortaleza, Pernambuco, Juiz de Fora, São Paulo, Piracicaba e Lavras (CUNHA, 2007, p.157-159).

Assim, as grandes transformações pelas quais passou o ensino superior nas primeiras décadas da República foram relacionadas principalmente pela facilitação do acesso, resultado, "por sua vez, das mudanças nas condições de administração e da multiplicação das faculdades" (CUNHA, 2007, p. 150).

Podem ser citados diversos outros exemplos que demonstram como a organização e a concepção da educação superior no Brasil no começo do século XX, manteve-se, assim como na colônia e no Império, voltada para a visão e os interesses de setores das elites, sejam liberais, conservadoras, positivistas ou qualquer outra fração que disputasse entre elas. No entanto, a ausência e a falta de participação das classes populares nesse espaço será uma regra que ainda perdurará por muitas décadas.

4 UNIVERSIDADES NO SÉCULO XX E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO NORDESTE

4.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA "ERA VARGAS"

O período histórico conhecido como "Era Vargas" compreende os anos de 1930 até 1945, quando Getúlio Vargas governou o Brasil. Nestes quinze anos, ele presidiu o

país “primeiro garantido pelas armas das milícias das oligarquias dissidentes e do Exército; depois, eleito pelo Congresso Nacional; e, por último, sustentado pelo Exército, já com o monopólio do uso da força, representando os interesses das classes dominantes” (CUNHA, 2007, p.205).

Neste período, duas concepções e linhas políticas antagônicas disputaram espaço no campo educacional, a vertente liberal e a autoritária. Sendo que entre os liberais não havia homogeneidade, coexistindo um liberalismo de cunho elitista, voltado para os interesses sociais e pedagógicos das oligarquias e outro mais “igualitário”, que convergia em certa medida com alguns interesses das classes trabalhadoras.

No início do governo Vargas, em 1930, o Brasil estava com três universidades, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Chegou em 1945 com cinco, acrescentando-se a estas a Universidade de São Paulo, criada em 1934 e as Faculdades Católicas no Rio de Janeiro. Nesse intervalo, também existiu a chamada Universidade do Distrito Federal, que foi criada em 1935, mas foi incorporada pela Universidade do Brasil em 1939.

O golpe de 1937, instituindo o Estado Novo, não precisou reformar a estrutura do ensino superior. O Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, forneceu toda a normalização para esse grau de ensino e permitiu que o regime conduzisse conforme seus objetivos o conjunto do sistema de educação superior. Cabe destacar que, neste período, já havia ocorrido uma significativa mudança no perfil social dos estudantes de educação superior no país, principalmente em razão da expansão ocorrida nas duas primeiras décadas daquele século. Houve um aumento da proporção de estudantes vindos das camadas médias, seja de setores ascendentes das classes trabalhadoras, seja também de ramos decadentes das classes dominantes.

4.2 UNIVERSIDADES NO NORDESTE

Ao longo dos anos de 1950 e 1960, a educação superior no Brasil passou por um significativo processo de expansão. Segundo Mendonça (2000, p. 141):

> Sob o impacto do populismo, o ensino superior passou por um primeiro surto de expansão no país. [...] O número de universidades existentes no país cresceu de 5, em 1945, para 37, em 1964. Nesse mesmo período, as instituições isoladas aumentaram de 293 para 564.

Uma das explicações possíveis para essa expansão é a de que ela foi uma resposta ao aumento da demanda de estudantes, em razão da ampliação da oferta de ensino médio

público. Além disso, também contribuiu o crescimento dos setores médios, em virtude da política econômica do período e do êxodo rural em direção aos centros urbanos.

Na região nordeste do Brasil, até 1954, as universidades instaladas eram quatro: Universidade do Recife, Universidade Rural de Pernambuco, Universidade Católica de Pernambuco e a Universidade da Bahia, todas localizadas nas capitais e regiões metropolitanas, respectivamente de Recife e Salvador.

A Universidade do Recife teve início em 11 de agosto de 1946, criada por meio do Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.388, de 20 de junho de 1946. Ela reunia a Faculdade de Direito do Recife, a Escola de Engenharia de Pernambuco, a Faculdade de Medicina do Recife, com as escolas anexas de Odontologia e Farmácia, a Escola de Belas Artes de Pernambuco e a Faculdade de Filosofia do Recife. Dezenove anos depois, foi integrada ao grupo de instituições federais do novo sistema de educação do País, passando a ser chamar "Universidade Federal de Pernambuco"[4].

Já a Universidade Rural de Pernambuco, surgiu no ano de 1947, fruto da antiga "Escolas Superiores de São Bento", criada originalmente por monges beneditinos em 1912, na cidade de Olinda. Foi em 1967 que ela passou a se chamar Universidade Federal Rural de Pernambuco, por meio do Decreto nº 60.731.

A Universidade Católica de Pernambuco, conforme descrição da própria instituição[5]:

> [...] teve início com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega, em 18 de abril de 1943, e sua formalização como universidade se deu em 27 de setembro de 1951, a partir da agregação de unidades preexistentes.

Com relação a Universidade da Bahia, esta carrega um histórico que também chega ao período colonial. Quando ela foi instituída, no ano de 1946, reuniu aquela que foi a primeira Escola de Cirurgia da Bahia, criada por Dom João VI, em 1808, além dos cursos de Farmácia, criado em 1832, Odontologia em 1864, a Academia de Bela Artes (1877), de Direito (1891), a Politécnica de 1896 e ainda a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras criada em 1941. Em 1950, passou a chamar-se Universidade Federal da Bahia[6].

Na década seguinte, entre 1954 e 1964, foram instaladas outras seis universidades: Universidade do Maranhão, Universidade do Ceará, Universidade do Rio Grande do

[4] História da Universidade Federal de Pernambuco, disponível em: https://www3.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=176
[5] História da Universidade Católica de Pernambuco, disponível em: http://www.unicap.br/home/nossa_missao/
[6] Histórico da Universidade Federal da Bahia, disponível em: https://ufba.br/historico

Norte, Universidade da Paraíba, Universidade do Alagoas e a Universidade Católica de Salvador.

Com relação a Universidade do Maranhão, sua lei de instituição, nº 5.152, data do ano de 1966. No entanto, sua predecessora, a Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, vinculada a Sociedade Maranhense de Cultura Superior – SOMACS, foi reconhecida pela União como Universidade livre no ano de 1961, onde por meio do decreto 50.832, denominou-se Universidade do Maranhão, reunindo ainda instituições federais isoladas da Faculdade de Direito e a Escola de Farmácia e Odontologia[7].

A Universidade do Ceará foi criada no ano de 1954, por meio da lei nº 2.373, tendo sua sede na capital do estado, Fortaleza, e reunindo as faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia, Agronomia e Medicina. Na própria lei foi prevista a federalização da Faculdade de Medicina do Ceará, que havia sido criada no ano de 1951 por meio do Decreto nº 29.397.

No estado do Rio Grande do Norte, o processo de criação e federalização ocorreu em um breve espaço de tempo. Lei estadual criou a Universidade do Rio Grande do Norte no ano de 1958 e sua federalização ocorreu por meio da lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, reunindo os cursos superiores já existentes na cidade de Natal, respectivamente a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a Escola de Engenharia. Destaca-se o fato de que a mesma lei que federalizou a então Universidade do Rio Grande do Norte, também criou a Universidade de Santa Catarina. Além disso, a lei previa que num prazo de três anos, o poder executivo Federal promoveria a agregação ou criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras à Universidade do Rio Grande do Norte.

A Universidade da Paraíba foi constituída por meio da lei estadual nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955. Sua federalização ocorreu em dezembro de 1960, com a lei nº 3.835, sendo composta pela Faculdade de Filosofia da Paraíba, que oferecia os cursos de pedagogia, geografia, história e letras neo-latinas; a Faculdade de Odontologia; a Escola Politécnica, esta com sede na cidade de Campina Grande; da Faculdade de Direito; da Faculdade de Medicina e Escola anexa de Enfermagem; a Faculdade de Ciências Econômicas; a Escola de Engenharia, com o curso de Engenharia Civil; a Escola de Serviço Social; a Faculdade de Farmácia; e a Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande.

[7] Histórico da Universidade Federal do Maranhão, disponível em: https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/historico.jsf

Uma das características que marcaram o advento de instituições de educação superior no interior da região nordeste foi a atuação de setores das classes mais abastadas que, utilizando do poder e influência econômica e política, passam a mobilizar recursos para a criação de instituições de educação superior, na ausência de políticas mais consistentes por parte do governo federal no sentido de interiorizar estas instituições.

No caso da Universidade de Alagoas, esta foi criada pela Lei n 3.867, no ano de 1961, com sede na capital do estado, a cidade de Maceió, sendo composta pela Faculdade de Direito de Alagoas, Faculdade de Medicina de Alagoas, Escola de Engenharia de Alagoas, Faculdade de Odontologia de Alagoas, Faculdade de Ciências Econômicas de Alagoas e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Destas a mais antiga e que precedeu a criação da instituição era a Faculdade de Direito, que foi também o primeiro curso de graduação do estado de Alagoas, oficializada pelo decreto 1.745, de 25 de fevereiro de 1933, passando pelo processo de federalização no ano de 1949, por meio da Lei nº 1.014/49[8].

Já a Universidade Católica de Salvador (UCSAL), foi reconhecida pelo Decreto nº 58, de 18 de outubro de 1961, como sendo uma Universidade equiparada, incorporando a Escola de Serviço Social (1944) e a Faculdade Católica de Direito (1956). Agregou ainda a Faculdade Católica de Filosofia (1952).

Conforme o exposto, é possível afirmar que até a década de sessenta, período de grande expansão do sistema de educação superior no Brasil e também na região nordeste, o processo consistiu na transformação de instituições pré-existentes em Universidades, ou seja, a atuação do governo federal foi no sentido de instituir uma uniformização e um crescimento do modelo universitário onde já haviam instituições de educação superior.

Dessa forma, as regiões mais distantes dos centros políticos e capitais, que ainda não possuíam instituições de educação superior ou em que estas possuíam um perfil que não era compatível com o modelo de organização universitária que prevaleceu naquele período, não foram incluídas neste ciclo de criação e expansão das Universidades Federais. A alternativa foi a busca por alternativas que permitissem os governos locais dessem conta da crescente demanda por instituições de educação superior, por meio de autarquias municipais e fundações estaduais responsáveis por manter cursos superiores, principalmente voltados para a formação do magistério.

[8] "O idealizador da criação do primeiro curso de graduação do estado (Alagoas) - o curso de Direito -, foi Agostinho Benedito de Oliveira, um homem do povo, negro, que reuniu vários professores". Disponível em: < http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/fda/institucional/a-faculdade-de-direito-de-alagoas>

5 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO: UM PARADIGMA DA EXPANSÃO?

Ao assumir a presidência da República em 2003, o novo governo federal apontou que a reforma da Educação Superior seria um dos pontos prioritários em sua agenda, demonstrando o objetivo de desenvolver uma política de ampliação e democratização da Educação Superior amparada numa política de inclusão com justiça social.

> No que diz respeito à política de acesso, o ponto canalizador das propostas de Lula foi fazer valer as metas dispostas no Plano Nacional de Educação (PNE). A expectativa seria fazer com que 30% dos jovens entre 18 e 24 anos estivessem matriculados no nível superior de ensino; além disso, que deste percentual, 40% estivessem lotados em instituições públicas – meta que foi vetada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. A tônica em torno da reforma universitária não se restringia a ampliar o quadro da educação superior; o governo adotou como lema a ampliação da educação superior com *inclusão* e *justiça social*. No caso, isto significava ampliar o acesso ao ensino superior, sendo que privilegiando o aumento das camadas populares nos assentos universitários e garantir sua permanência através de programas específicos (SANTOS e GROSS, 2010, p.05).

Esta perspectiva apontava para a superação da situação estabelecida nos governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Naquele momento, os números da educação superior no Brasil, apresentados na tabela 01, eram alarmantes. Primeiro, pelo fato da hegemonia do setor privado, que conforme a Sinopse Estatística da Educação Superior de 2000 era responsável por 1.004 Instituições de Ensino Superior no Brasil, enquanto todo o setor público (Federal, Estadual e Municipal) reunia apenas 176.

Tabela 01: Número total de Instituições de Educação Superior por organização acadêmica e localização (interior e capital) no ano de 2000.

Unidade da Federação por Categoria Administrativa	Quantitativo de Instituições de Ensino Superior, por localização (Capital e Interior)		
	Capital	Interior	**Total**
Pública	59	117	**176**
Federal	38	23	**61**
Estadual	21	40	**61**
Municipal	-	54	**54**
Privada	376	628	**1004**
Particular	271	427	**698**
Comunitária/Confes/Filantrópica	105	201	**306**
Total	**435**	**745**	**1180**

Fonte: http://download.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/sinopse_superior-2000.pdf.

Segundo o Censo do INEP de 2002, apesar de uma tendência de aumento na quantidade de estudantes em instituições federais de educação, o déficit em relação ao total de jovens em idade universitária era ainda maior.

Enquanto o número do alunado nas instituições federais de educação cresceu 137.456, entre os anos de 1990 a 2000, o número de jovens com idade universitária (18 aos 24 anos) passou de pouco mais de 28 milhões para cerca de 34 milhões no ano de 2000.

Sobre o tema, o relatório executivo do MEC que analisou a expansão durante os anos de 2003 a 2006, também apontou que:

> A partir da década de 1990, em função dos ajustes fiscais que resultaram em cortes orçamentários e na imediata redução dos investimentos educacionais, acentua-se o sucateamento do sistema universitário federal. Dados da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) indicam que, no período de 1995-2001, as 54 instituições federais de ensino superior perderam 24% dos recursos para custeio (pessoal, água, luz telefone e materiais diversos) e 77% de recursos para investimento em salas de aulas, laboratórios, computadores e acervo bibliográfico (MEC/ SESU. 2006, p.11).

Já em 2003, em virtude do aprofundamento da crise vivida pelas IFES, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de analisar a situação e apresentar um plano de ação para a reestruturação, desenvolvimento e democratização das instituições.

O cenário encontrado pelo governo Lula era extremamente contraditório do ponto de vista da política de educação superior. De um lado, havia o diagnóstico de que a demanda pela educação superior iria crescer; por outro, o sistema, principalmente público federal, estava em profunda crise e as medidas adotadas deveriam simultaneamente assegurar o funcionamento das instituições existentes e dar conta de prepara-las para atender a demanda iminente que o Plano Nacional de Educação previu que ocorreria.

A situação era ainda mais delicada quando se analisava o quadro de distribuição das vagas existentes por região, organização acadêmica e localização das instituições. Para os fins deste trabalho, cabe visualizar a situação na Região Nordeste, destacadamente do interior da região. Conforme os dados do Censo da Educação Superior de 2000, a rede pública federal contava na região nordeste naquele momento com 15 instituições, sendo destas 13 localizadas em capitais e apenas 2 no interior.

No que se refere à organização acadêmica, destas 15 instituições, 10 eram universidades, sendo 9 localizadas nas capitais e apenas 1 no interior, esta única localizada no estado de Sergipe, na cidade de São Cristóvão, região metropolitana da capital Aracaju[9]. É justamente nestas circunstâncias e nesse período que ainda no governo

[9] Portal da Universidade Federal de Sergipe – História: http://divulgacoes.ufs.br/pagina/2518

de Fernando Henrique Cardoso foi aprovada a lei que criou a Universidade Federal do Vale do São Francisco.

5.1 O SURGIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

A primeira ação do Governo Federal no sentido de criar uma Universidade na região do submédio São Francisco se deu com o envio em 10 (dez) de setembro de 2001, mesmo ano da aprovação do Plano Nacional de Educação, da mensagem nº 961/01, apresentando à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 5.307/01 que autorizava o "Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Petrolina" (BRASIL, 2001).

A UNIVASF é a primeira universidade criada no Brasil voltada para a ideia de desenvolvimento regional. Justamente por isso, ela pode ser considerada um paradigma da expansão, uma vez que sua concepção desenvolvimentista foi muito além das ideias provincianas daqueles que defendiam a existência de uma Universidade para a cidade de Petrolina, como forma de capitalização política. Ou ainda, pelo fato de ter sido a primeira, mas não a última, uma vez que ao longo dos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e também da presidenta Dilma Rousseff outras instituições de caráter regional foram criadas (como a Universidade Federal da Fronteira Sul, com presença nos estado de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul). Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) dos anos de 2009 a 2014:

> A UNIVASF é a primeira Universidade Brasileira voltada para o desenvolvimento regional, neste caso, o semiárido nordestino e, por esta razão, não leva o nome de uma cidade ou estado. Sua missão é fomentar o desenvolvimento da região onde está localizada, a qual compreende parte de oito estados do Nordeste e o norte de Minas Gerais (PDI, 2009, p.11).

Dessa forma, a UNIVASF inaugurou um novo período na concepção do papel estratégico da educação superior no Brasil, enfrentando diretamente alguns dos principais problemas diagnosticados pelo Plano Nacional de Educação. Primeiro, por inaugurar a política de interiorização, rompendo com a lógica de concentração de instituições de educação superior em capitais e grandes centros litorâneos. Assim, permitindo que os estudantes residentes no interior da região nordeste pudessem continuar seus estudos sem a necessidade de ir para outra região ou estado. Em segundo lugar, por se constituir nas bases de um modelo progressista e desenvolvimentista, este possuindo como características, segundo Marques e Cepêda (2012, p. 167) "[...] superação do paradigma

de especialização liberal (vantagens competitivas) e esforço de desenvolvimento de um aparelhamento econômico diversificado, autônomo e completo, especialmente nos segmentos."

A questão em torno da perspectiva de integração e desenvolvimento regional que a UNIVASF expressa também enfrenta o histórico das políticas educacionais brasileiras, tanto em suas vertentes liberais quanto conservadoras. Se para setores do pensamento liberal que influenciaram parte significativa da política educacional do país a educação superior deveria ter o papel de formar as elites para dirigir o povo, a Universidade Federal do Vale do São Francisco já nasce se insurgindo contra esta ideia, tendo como pretensão o desenvolvimento de uma região historicamente alijada pelos principais setores das elites econômicas e sociais.

O papel desenvolvimentista da UNIVASF é, na realidade, fruto do projeto político de sua consolidação e não algo que esteve presente em sua gênese. Além disso, a exposição de motivos também permite visualizar que o papel de instituição com caráter regional não era sua perspectiva inicial. No entanto, como ocorreu, a UNIVASF se consolidou como instituição de caráter regional, inaugurando um novo período nas perspectivas da educação superior no interior do nordeste brasileiro.

5.2 O PROGRAMA EXPANDIR E A CONSOLIDAÇÃO DA UNIVASF

A hipótese deste trabalho é de que a Universidade Federal do Vale do São Francisco foi a primeira Universidade criada pelo Estado brasileiro no interior do sertão nordestino, mais precisamente na região do submédio São Francisco, e com a perspectiva de desenvolvimento e integração regional.

Além de buscar investigar esta hipótese, com base no estudo da história da educação superior no Brasil e dos documentos oficiais que tratam da implantação da instituição nas cidades de Petrolina-PE, Juazeiro-BA e São Raimundo Nonato-PI, pretende-se investigar se o projeto de consolidação da UNIVASF representou um novo paradigma da expansão da educação superior no Brasil, como parte da política educacional iniciada com os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2003.

Pelo estudo desenvolvido até aqui, visualiza-se que a UNIVASF, de fato, correspondeu ao objetivo de ser uma instituição de educação superior de novo tipo e com características inéditas, além de estar diretamente associada à política educacional do governo iniciado no ano de 2003. No entanto, para que se possa verificar mais

precisamente se isso, verdadeiramente, corresponde com a realidade, faz-se necessário pontuar a estratégia de expansão das instituições de educação superior estabelecida por meio do "Programa Expandir", que traduziu a política de expansão da educação superior naquele período.

Com relação ao "Programa Expandir", é necessário destacar que durante o processo de implementação na Fase I, não houve uma legislação como em outros programas do governo federal. As referências consultadas informam que foram enviados projetos para o MEC e, mediante aprovação dos mesmos, ocorria a liberação de recursos para novas universidades e criação de novos campi.

Nesse sentido, não é possível fazer a análise documental detalhada desta primeira fase do programa, pela ausência da legislação consolidada. No entanto, no ano de 2006, o Ministério da Educação publicou um relatório executivo do programa, abordando o conjunto das medidas adotadas entre o período de 2003 a 2006. A partir da análise deste documento é possível identificar, da perspectiva do governo federal, como o programa expandir, no qual a consolidação da UNIVASF estava incluída, tinha a perspectiva de um "projeto de desenvolvimento econômico, sustentável e inclusivo".

Explicitado em seu objetivo de "expandir o sistema federal de ensino superior, com vistas a ampliar o acesso à universidade, promover a inclusão social e reduzir as desigualdades regionais", verifica-se que o programa vai além daquilo que a exposição de motivos enviada para o congresso nacional pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na mensagem 946/01 previa, ou seja, criar uma Universidade na região do submédio São Francisco em razão do desenvolvimento já existente na região.

O sentido do "Programa Expandir", responsável pela consolidação da UNIVASF, era "ampliar o acesso à universidade" e "reduzir as desigualdades regionais". Tal perspectiva não aparecia até então, sequer nas discussões registradas nas atas da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados em 2002. Sobre a consolidação, o relatório executivo aponta que:

> Embora tenha sido criada em junho de 2002, a Universidade Federal do Vale do São Francisco só teve sua implantação efetivada no atual governo, com a tutoria da Universidade Federal do Espírito Santo (estabelecida pelo Decreto N° 4.465 de 13 de novembro de 2002.), iniciando suas atividades em outubro de 2004 (BRASIL/MEC, 2006, p. 32).

Destacando o fato de que o funcionamento inicial da UNIVASF se deu "em instalações provisórias tanto na sede quanto nos *campi* de Juazeiro (BA) e São Raimundo

Nonato (PI)", o relatório do "Programa Expandir" apresenta que no período de consolidação, o Ministério da Educação destinou recursos tanto para a conclusão das obras quanto para a ampliação do número de cursos.

> O MEC está financiando a construção das instalações definitivas dessas duas unidades. Para 2006, o vestibular, ocorrido em janeiro, ofereceu dois novos cursos, além dos 11 cursos já existentes. Totalizando 13 cursos; o número de vagas chega a um total de 890, sendo que foram criadas 360 novas vagas em 2006 (BRASIL/MEC, 2006, p. 32).

As informações podem ser comprovadas por meio dos dados disponibilizados pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico da UNIVASF, vinculado a Pró-reitoria de Ensino da instituição.

As estatísticas do processo seletivo para o ano de 2006 demonstram que o número total de inscritos no vestibular foi de 6.316 estudantes, sendo que o curso de Medicina continuou sendo o mais disputado, com 2025 candidatos, seguido do curso de Enfermagem com 873 e Psicologia com 734[10].

Diferente do relatório estatístico do Departamento de Registro e Controle Acadêmico sobre o processo seletivo do ano de 2004, o relatório de 2006 não apresenta qual a cidade de origem dos vestibulandos, razão pela qual não é possível estabelecer um paralelo em relação ao crescimento ou diminuição da presença de estudantes da região inscritos e aprovados.

A informação pública disponível diz respeito apenas ao ano de 2010, período em que a UNIVASF já havia aderido ao Sistema de Seleção Unificado – SISU, como forma substitutiva ao vestibular. Também não é possível estabelecer um paralelo direto, uma vez que o SISU permite que os estudantes possam realizar as provas em sua cidade de residência, sem a necessidade de deslocamento, o que modificou completamente o perfil de seleção. Ainda assim, apenas para questões exemplificativas que reforçam a hipótese do papel de interiorização e desenvolvimento regional da UNIVASF, até mesmo com o SISU, os dados do Departamento de Registro e Controle Acadêmico demonstram que no processo seletivo de 2010 a maioria dos inscritos para concorrer às vagas ofertadas pela UNIVASF foram estudantes residentes nos estados da Bahia com 24.117 candidatos e Pernambuco com 15.797.

[10] http://ingressodiscente.univasf.edu.br/arquivos/estatisticas/PS_2006_Estatisticas.pdf

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação superior no Brasil se confunde com a história de como as classes dominantes foram beneficiadas, permanentemente, pela utilização do Estado em seu favor. Ao retomar as origens das primeiras instituições e cursos superiores em terras brasileiras, é possível identificar as raízes de uma forma de dominação que manteve durante séculos a maior parte da população distante da educação superior.

Como demonstrado neste trabalho, nem mesmo a proclamação da república e as disputas entre setores positivas, liberais, conservadores e os setores populares conseguiu impulsionar ou precipitar o desenvolvimento da organização da educação superior no país, seja no modelo universitário, seja atendendo as regiões mais afastadas dos grandes centros políticos e econômicos.

Apenas no começo da segunda metade do século XX, em razão das políticas impulsionadas por governos de caráter "populista", o país vive seu mais vertiginoso ciclo de criação e expansão da educação superior no modelo universitário. Ainda assim, este movimento ocorre nos principais centros urbanos, deixando regiões mais afastadas carentes de acesso às maiores e mais bem referenciadas instituições de educação superior.

Esta situação ocorreu mais intensamente na região nordeste do país, principalmente após a transferência do centro político e econômico do Brasil para a região sudeste. Do ponto de vista da educação superior, como demonstrado, a região nordeste teve suas primeiras universidades criadas por meio de processos de federalização de instituições previamente existente nas capitais e regiões metropolitanas.

Os projetos não faziam parte de políticas de desenvolvimento com vistas a alcançar o contingente populacional da região. Pelo contrário, considerando que as primeiras instituições resultaram da ação de forças políticas vinculadas às oligarquias e a elite política e econômica local, a criação das universidades federais atingiu em grande medida, inicialmente, justamente aquelas camadas sociais.

É por esta razão que, com base no panorama histórico vislumbrado, é possível afirmar que após a política educacional da ditadura militar, que fortaleceu o setor privado e os governos neoliberais e fragmentaram e fragilizaram as instituições públicas, a política de expansão adotada com o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se materializa na consolidação da Universidade Federal do Vale do São Francisco, caracteriza-se como um novo paradigma da expansão.

A UNIVASF representou, como demonstrado, uma mudança na concepção do papel da universidade no Brasil por ser a primeira instituição de educação superior federal

organizada no modelo universitário a ser pensada, para cumprir o papel de integração e desenvolvimento regional no interior da região nordeste.

Pelo fato de ter significado o rompimento com a política de educação superior hegemônica até então, segundo a qual as instituições eram criadas por meio de desmembramento e extensão, para atender demandas pontuais e não para cumprir um papel mais estratégico e de longo prazo, a UNIVASF também conseguiu obter seus resultados de forma quase que imediata, permitindo não só que a região do submédio São Francisco tivesse uma Universidade Federal como também que os principais beneficiados pelo acesso à educação superior fossem justamente os estudantes da região.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. 2.ed. - São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. Disponível em: https://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv80744.pdf Acesso em 01 fev. 2020.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei 5.307/2001**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=33341. Acesso em: 02 jun 2019.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil:** Carta de Lei de 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 09 fev. 2020.

BRASIL. COMISSÃO CONSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 126/2012. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1361475592UFMT_-_Maria_Lucia_Neder_-_Relatorio_REUNI.pdf. Acesso em: 05 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931:** Estatuto das Universidades Brasileiras. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 09 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 4.465/02**. Dispõe sobre a organização administrativa da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4465.htm. Acesso em 31 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 4.935/03**. Prorroga o prazo de que trata o § 1º do art. 8º do Decreto nº 4.465, de 13 de novembro de 2002, que dispõe sobre a organização administrativa da

Fundação Universidade do Vale do São Francisco, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4935.htm Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto de 20 de outubro de 2003**. Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. Disponível em: http://www.sintunesp.org.br/refuniv/GT-Interministerial%20-%20Estudo.htm Acesso em: 17 maio 2020.

BRASIL. **Lei 10.473**. Institui a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10473.htm. Acesso em: 13 ago. 2020.

BRASIL. **Lei complementar 113/01**. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp113.htm Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. **Lei de 11 de agosto de 1827**. Cria dois Cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-11-08-1827.htm Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 2.373 de 16 de dezembro de 1954**. Cria a Universidade do Ceará, com sede em Fortaleza, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L2373.htm. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 3.835 de 13 de dezembro de 1960**. Federaliza a Universidade da Paraíba e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3835.htm Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 3.849 de 18 de dezembro de 1960**. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3849.htm Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 3.867 de 25 de janeiro de 1961**. Cria a Universidade de Alagoas e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3867.htm Acesso em: 17 nov. 2019.

BRASIL. **Lei de 11 de agosto de 1827**. Cria dois cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-11-08-1827.htm Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Expansão das universidades federais: o sonho se torna realidade! Período de 2003 a 2006**. Brasília, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Sinopse estatística da educação superior – 2000**. Brasília: O Instituto, 2001. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/sinopse_superior-2000.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008 –** Relatório de Primeiro Ano. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **A democratização e expansão do ensino superior no país 2003-2014**. Brasília, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192 Acesso em: 05 out. 2020.

BUENO, Adriano. **África e Brasil:** História, cultura e educação. São Paulo: Editora Página 13, 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã:** o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3.ed. [revista]. - São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e Universidade no Brasil. *In*: LOPES, Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p.151-204. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1176223/mod_resource/content/1/Cunha_Ensino_superior_e_Universidade_no_Brasil.pdf. Acesso em: 31 jul. 2020.

CUSATI, I. C., VIANNA, L. J., SANTOS, P. C. M. DE A., ANGELO, R. DI C. DE O., & AVELAR, A. C. Universidades: surgimento, nacionalização e indicadores de internacionalização. **Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação**, 16(1), 2021. p.101-117. https://doi.org/10.21723/riaee.v16i1.13354. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13354 Acesso em: 05 jan. 2021.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. Departamento de Registro e Controle Acadêmico. **Processo seletivo 2004**. 2004. Disponível em: http://ingressodiscente.univasf.edu.br/arquivos/estatisticas/PS_2004_Estatisticas.pdf. Acesso em: 05 nov. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4a. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE **- Cartas e Mapas: Mapas regionais** – online – 2018. Disponível em:

https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 17 nov. 2019.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. **A universidade no Brasil**. In *Revista Brasileira de Educação*, nº 15, mai/jun/jul/ago, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a08. Acesso em: 17 nov. 2019.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o império** (Subsídios para a história da Educação no Brasil) 1823-1853. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

MORAES FILHO, Evaristo de. **O ensino da filosofia no Brasil**. Ministério da Educação e Cultura. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001787.pdf Acesso em: 30 jan. 2020.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do Ensino Superior brasileiro, 1808 – 1990**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior - Universidade de São Paulo. Disponível em: http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf. Acesso em: 28 abr. 2020.

SANTOS, Bruno Lima Patrício dos; GROSS, Leila. **De Lula a Dilma: Breve análise da política de ampliação do acesso ao Ensino Superior brasileiro**. Disponível em: http://principo.org/de-lula-a-dilma-breve-anlise-da-poltica-de-ampliaco-do-acesso.html. Acesso em: 02 nov. 2020.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969. 385p. Disponível em: http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro4/chama_livro4.html Acesso em: 30 jan. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVASF **– Plano de Desenvolvimento Institucional 2009 - 2014** – online – 2009. Disponível em: http://portais.univasf.edu.br/pdi/documentos/pdiunivasf2009_14.pdf. Acesso em: 17 abr. 2019.

UNIVASF **– Plano de Desenvolvimento Institucional 2016 - 2025** – online – 2016. Disponível em: http://portais.univasf.edu.br/pdi/documentos/pdi-univasf-2016-2025.pdf. Acesso em: 17 abr. 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.